

BASE DE ADM. E APOIO 5º DIVISÃO DO EXÉRCITO

Termo de Referência 181/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
181/2026	160192-BASE DE ADM. E APOIO 5º DIVISÃO DO EXÉRCITO	PEDRO EMANUEL BISONI HUNDZINSKI	15/06/2026 16:07 (v 0.3)
Status	CONCLUIDO		



Outras informações


Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		64262.001500/2026-16



1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO


1.1. O objeto da presente contratação é a aquisição de bens móveis permanentes (mobiliário, eletrodomésticos, eletroportáteis e equipamentos de manutenção), para atender às necessidades das Organizações Militares sediadas no Forte do Pinheirinho, conforme especificações, quantitativos e exigências estabelecidas na tabela abaixo e demais condições deste instrumento.



Item	Especificação	Cat Mat	Unidade de medida	QTD	Valor Unitário (Estimado)	Valor total	IMAGEM REFERÊNCIA
1	<p>Fogão de 5 Bocas, de piso, com Mesa de Vidro Temperado e Tecnologia de Convecção (ou similar).</p> <p>Descrição Complementar: Fogão de 5 bocas de chão (piso), com funcionamento a gás (GLP). A mesa deve ser fabricada em vidro temperado de alta resistência, com acabamento liso para facilitar a limpeza e trempes (grades) individuais em ferro fundido. Deve possuir forno com cavidade única de alta capacidade (mínimo de 95 litros), com revestimento interno esmaltado de baixa porosidade (tecnologia limpa fácil). O forno deve contar com tecnologia que proporcione a circulação uniforme do calor (convecção ou cavidade selada) para maior rapidez no cozimento. Deve possuir acendimento</p>	482244	Und	12	R\$ 2.043,54	R\$ 24.522,48	


	<p>automático total, luz interna no forno e sistema de segurança com válvula corta-gás (que interrompe o fluxo de gás caso a chama se apague). A porta do forno deve possuir vidro duplo (interno e externo), sendo o vidro interno removível para higienização completa.</p> <p>Voltagem: O equipamento deve ser Bivolt, permitindo operação tanto em 127V quanto em 220V.</p> <p>Eficiência: Deve possuir classificação "A" em economia de energia (Selo Procel/Inmetro).</p> <p>Garantia: No mínimo 12 meses (1 ano). deve ser especificado para operação em 110V ou 220V (não é obrigatório ser bivolt), conforme a necessidade do local de instalação.</p> <p>Garantia: no mínimo 1 ano.</p>						
2	<p>Geladeira Duplex Inverter Frost Free 400 litros</p> <p>Descrição Complementar: A geladeira deverá ser frost free. A geladeira deve ter compressor INVERTER. Deve ter Prateleiras removíveis de Vidro temperado e ter Display Touch Screen. Deve ter Eficiência Energética A+++, e seu tipo de degelo deverá ser Frost Free.</p> <p>Voltagem: O equipamento deve ser especificado para operação em 110V ou 220V (não é obrigatório ser bivolt), conforme a necessidade do local de instalação. Garantia: no mínimo 1 ano.</p>	618527	Und	12	R\$ 3.199,20	R\$ 38.390,00	
	<p>Freezer Horizontal Frost Free</p> <p>Descrição Complementar: com capacidade líquida total nominal variando entre 300 e 520 litros, projetado para armazenamento de produtos congelados ou refrigerados. Tipo de Instalação: Deverá ser um equipamento de piso (horizontal). Função: O equipamento deverá possuir dupla ação/função (conversível), operando tanto como freezer (congelador, com temperaturas abaixo de -18°C) quanto como refrigerador (geladeira), com controle de temperatura ajustável. Tecnologia do Compressor: O equipamento deverá possuir tecnologia Inverter ou similar. Controle de Temperatura: O controle de temperatura deverá ser acessível e ajustável, preferencialmente por meio de um painel eletrônico ou termostato visível na parte externa ou frontal do aparelho, com indicação clara da temperatura ou função selecionada (Freezer/Refrigerador). Degelo: O</p>						



3	<p>sistema de degelo deverá ser manual (ou cíclico). Para facilitar a manutenção e limpeza, o equipamento deverá incluir um dreno frontal para escoamento da água.</p> <p>Eficiência Energética: O equipamento deverá possuir classificação "A" ou superior (A+, A++), conforme a etiqueta nacional de conservação de energia (Selo Procel/INMETRO), visando baixo consumo de energia. Portas/Tampas: Deverá possuir 1 (uma) tampa superior, balanceada para facilitar a abertura e fechamento seguro.</p> <p>Divisão Interna: A organização interna deverá incluir pelo menos 1 (um) cesto aramado removível para melhor organização de itens menores. Mobilidade: O equipamento deverá possuir rodízios (rodinhas) para facilitar a movimentação e limpeza do local de instalação. Acabamento: O acabamento interno deverá ser em liga metálica de alta resistência à corrosão (como alumínio) ou material esmaltado, e o acabamento externo em material resistente e de fácil limpeza. Sustentabilidade: O sistema de refrigeração deverá utilizar gás refrigerante ecológico, livre de CFC. Voltagem: O equipamento deve ser especificado para operação em 110V ou 220V, conforme a necessidade do local de instalação. Garantia: A garantia mínima oferecida pelo fabricante deverá ser de 12 meses (1 ano) contra defeitos de fabricação.</p>	376977	Und	7	R\$ 3.233,34	R\$ 22.633,38	
	<p>Material: Micro-ondas</p> <p>Descrição Complementar: com capacidade nominal de aproximadamente 33 a 34 litros, projetado para aquecimento e cozimento rápido de alimentos. Tipo de Instalação: Deverá ser um equipamento de bancada. Potência: A potência de cozimento (saída) deverá ser de, no mínimo, 900 Watts (W), garantindo eficiência no aquecimento dos alimentos. A potência nominal (consumo) do aparelho deverá ser de aproximadamente 1400 W. Acabamento: O acabamento externo deverá ser em material resistente, podendo ser inox ou similar, e o acabamento interno em material de fácil limpeza, com características antibactérias (como revestimento esmaltado ou com íons de prata). Recursos de Limpeza: O interior do forno deverá possuir tecnologias que facilitem a limpeza, como a função "Limpa Fácil", que utiliza vapor para</p>						


4	<p>amolecer a sujeira. Controle: O painel de controle deverá ser digital, com teclas de fácil acesso e display LED ou LCD, incluindo relógio digital. Funções e Programas: Deverá incluir diversos níveis de potência e programas automáticos pré-definidos para diferentes tipos de alimentos (ex: pipoca, brigadeiro, vegetais, carnes, descongelamento). Descongelamento: Deverá possuir função de descongelamento eficiente e automático, com opções por peso e tipo de alimento. Segurança: Deverá incluir trava de segurança para crianças (bloqueio do painel) e aviso sonoro de fim de ciclo. Prato: Deverá ter prato giratório de vidro temperado, com diâmetro apropriado para a litragem do aparelho (aprox. 31 cm). Voltagem: O equipamento deve ser especificado para operação em 110V ou 220V (não é obrigatório ser bivolt), conforme a necessidade do local de instalação. Garantia: A garantia mínima oferecida pelo fabricante deverá ser de 12 meses (1 ano) contra defeitos de fabricação.</p>	624544	Und	14	R\$ 839,61	R\$ 11.754,54	
5	<p>Smart TV 85 polegadas</p> <p>Descrição Complementar: Deve permitir o acesso à INTERNET por cabo e por Wi-Fi (Wireless Fidelity). Deve possuir, no mínimo, a conectividade por Wi-Fi e Bluetooth. Deve ser bivolt e ter consumo aproximado de energia máximo de 230W. A profundidade da TV, sem o suporte, não pode ser superior a 7 cm. A cor da Base e da Borda deve ser na cor preta. Deve ter Resolução mínima de 4K UHD (3840 x 2160), com processador Crystal 4K. O sistema operacional da TV deve oferecer uma interface intuitiva e acesso, além da INTERNET, a Aplicativos como YOUTUBE, NETFLIX, INSTAGRAM, FACEBOOK, e Google. O peso do equipamento com os pés de sustentação não pode exceder 35 Kg. O som da TV deve ser adaptativo com Potência de 20W RMS. Deve oferecer no mínimo 3 portas HDMI e no mínimo 1 porta USB. Também, deverá ter entrada de antena e conexão para cabo de rede (Ethernet) e áudio. A TV deverá ter como ano de lançamento o ano de 2025 ou 2026, e deve oferecer a garantia de no mínimo 80 (oitenta) meses de atualização dos sistemas operacionais da TV. O vencedor do processo licitatório deverá entregar, além do suporte de mesa, um suporte adequado para fixar a TV na parede;</p>	460902	Und	3	R\$ 8.064,41	R\$ 24.193,23	




	sendo que esse suporte deverá suportar o peso da TV e deixar a TV rente a parede, sem inclinação. De preferência, o suporte deverá ser da mesma marca da TV para evitar incompatibilidade. Garantia: no mínimo 1 ano.						
6	Smart TV 55 polegadas Descrição Complementar: Deve permitir o acesso à INTERNET por cabo e por Wi-Fi (Wireless Fidelity). Deve possuir, no mínimo, a conectividade por Wi-Fi e Bluetooth. Deve ser bivolt (110 e 220 V) e ter consumo aproximado de energia máximo de 130W. A profundidade da TV, sem o suporte, não pode ser superior a 7 cm. A cor da Base e da Borda deve ser na cor preta. Deve ter Resolução mínima de 4K UHD (3840 x 2160), com processador Crystal 4K. O sistema operacional da TV deve oferecer uma interface intuitiva e acesso, além da INTERNET, a Aplicativos como YOUTUBE, NETFLIX, INSTAGRAM, FACEBOOK, e Google. O peso do equipamento com os pés de sustentação não pode exceder 12 Kg. O som da TV deve ser adaptativo com Potência de 20W RMS. Deve oferecer no mínimo 3 portas HDMI e no mínimo 1 porta USB. Também, deverá ter entrada de antena e conexão para cabo de rede (Ethernet) e áudio. A TV deverá ter como ano de lançamento o ano de 2025 ou 2026, e deve oferecer a garantia de no mínimo 80 (oitenta) meses de atualização dos sistemas operacionais da TV. O fornecedor deverá entregar, além do suporte de mesa, um suporte adequado para fixar a TV na parede; sendo que esse suporte deverá suportar o peso da TV e deixar a TV rente a parede, sem inclinação. De preferência, o suporte deverá ser da mesma marca da TV para evitar incompatibilidade. Garantia: no mínimo 1 ano.	611855	Und	10	R\$ 2.899,51	R\$ 28.995,10	
	Lavadora de Pressão Descrição Complementar: Lavadora de alta pressão de uso residencial. Tipo de Instalação: Equipamento portátil de piso, com design vertical e ergonômico. Desempenho de Pressão e Potência: Pressão Nominal/Máxima: Mínimo de 1500 PSI (103 bar), podendo chegar a 1750 PSI (120 bar). Potência do Motor: Mínimo de 1400W, com tecnologia de motor universal de alta durabilidade. Vazão de Água: Mínimo de 300 litros/hora						



7	<p>até 342 litros/hora, garantindo a remoção de sujeiras incrustadas com baixo consumo de água. Tecnologia de Operação: Deverá possuir sistema "Stop Total" (ou similar), que desliga automaticamente o motor quando o gatilho da pistola é solto, evitando o desperdício de energia e aumentando a vida útil da bomba. Componentes da Bomba: Bomba axial com cabeçote em material de alta resistência à oxidação (alumínio ou liga composta de alta performance) e pistões em aço inox. Acessórios Inclusos: .01 Pistola de alta pressão com trava de segurança; .01 Lança com bico de jato regulável (ajuste entre jato concentrado e leque); .01 Mangueira de alta pressão com extensão mínima de 3 (três) metros; .01 Aplicador de detergente (champuzeira) compatível ou integrado; .01 Engate rápido para conexão de mangueira de jardim. Mobilidade e Ergonomia: O equipamento deverá possuir alça para transporte, porta acessórios integrado ao corpo do aparelho para organização de lanças e mangueira, e cabo elétrico com comprimento mínimo de 5 metros. Sustentabilidade e Economia: O sistema deve proporcionar uma economia de água de até 80% em comparação com mangueiras de jardim convencionais. Eficiência e Segurança: Deve possuir filtro de entrada de água para proteção da bomba contra impurezas e proteção térmica contra superaquecimento. Voltagem: Compatível com 127V ou 220V (conforme necessidade do local). Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, com rede de assistência técnica autorizada em território nacional.</p>	449983	Und	9	R\$ 581,58	R\$ 5.234,22	
8	<p>Roçadeira à combustão</p> <p>Descrição Complementar: Deve ter potência mínima de 2,2 KW/CV, com peso inferior a 9 Kg. Deve possuir 45,6 cm³ e ser entregue com uma ferramenta de corte com Lâmina de 3 facas, de Ø 300mm. Deve possuir um eixo de transmissão na haste rígido, e possuir uma capacidade do tanque de combustível, no mínimo, 0,75 l. A roçadeira deve ter um nível de pressão sonora entre 100 e 102 dB (A); e um nível de potência sonora entre 111 e 112 dB (A). Deve ter Selo PROCEL, do INMETRO, na Categoria A. Garantia: no mínimo 1 ano.</p>	449872	Und	18	R\$ 4.774,74	R\$ 85.945,32	
	Máquina de Lavar Roupas						



9	<p>automática 18Kg com abertura superior</p> <p>Descrição Complementar: Lavadora de roupas automática, carregamento superior (top load), com capacidade nominal de 18kg. Equipamento de grande porte, indicado para lavagem de itens de grande volume (edredons king size, mantas e tapetes) e alta rotatividade de carga. Capacidade de Lavagem: 18 kg (roupa seca). Cesto Interno: Em Aço Inox, com desenho que favoreça o fluxo de água e evite o desgaste prematuro dos tecidos. Performance de Lavagem: . Sistema de lavagem de alta eficiência que dispense o uso de agitadores que ocupam espaço central, ou agitadores de alta performance com ciclo especializado em remoção de manchas difíceis. Função . Antibactéria/Higienização: Deverá possuir programa ou tecnologia específica para eliminação de bactérias e agentes causadores de odores (como íons de prata ou ciclos de molho dinâmico). Programas de Lavagem: Mínimo de 9 programas pré-definidos, incluindo: Pesado /Edredom, Rápido, Delicado, e Ciclo para limpeza do cesto. Sustentabilidade e Economia: . Eficiência Hídrica: O equipamento deve apresentar baixo consumo de água por ciclo (referência de mercado para alta eficiência). .Classificação Energética: Selo Procel "A". Voltagem: 127V ou 220V (conforme demanda do local). Garantia: Mínimo de 12 meses (1 ano).</p>	617496	Und	9	R\$ 2.777,37	R\$ 24.996,33	
	<p>Máquina de Secar Roupas de Piso</p> <p>Descrição Complementar: Máquina de Secar Roupas (com tambor) de Piso com capacidade mínima de 10 kg. Equipamento de carregamento frontal (front load), de grande porte, projetado para secagem de itens volumosos (edredons e mantas) e fluxos intensos de lavanderia, com tecnologia de secagem por tombamento. Capacidade de Secagem: Mínimo de 10 kg (roupa seca). Cesto Interno (Tambor): Fabricado em Aço Inox ou material com revestimento de alta resistência térmica e mecânica. Luz interna no tambor para facilitar a visualização e retirada de peças pequenas. Performance e Tecnologia de Secagem: Sistema de Sensores de Umidade: Tecnologia que detecta o nível de umidade das peças,</p>						


10	<p>interrompendo o ciclo automaticamente quando as roupas estão secas, visando economia de energia e preservação dos tecidos.</p> <p>Movimento de Tombamento: Secagem através da rotação do tambor, garantindo que o ar quente circule de forma homogênea por todas as fibras. Função Antivincos / Passa Fácil: Movimentação periódica do tambor após o término do ciclo para evitar a formação de vincos nas roupas caso não sejam retiradas imediatamente. Programas e Funções: Variedade de Ciclos: Mínimo de 10 programas pré-definidos, incluindo: Pesado /Edredom, Delicado, Rápido, Secagem por Tempo e Programa de Revitalização (desodorização). Níveis de Secagem: Possibilidade de ajuste manual do nível de secagem (Extra Seca, Seca para Guardar, Seca para Passar). Filtro de Fiapos: Sistema de filtragem de fácil acesso e limpeza para retenção de resíduos têxteis. Sustentabilidade e Construção: Classificação Energética: Eficiência comprovada (Selo Procel ou equivalente nacional /internacional). Pannel de Controle: Digital ou híbrido, com indicação de tempo restante de secagem. Instalação: Modelo de piso, com pés niveladores robustos. Requisitos Técnicos e Garantia: Voltagem: 127V ou 220V (conforme demanda do local). Garantia: Mínimo de 12 meses (1 ano).</p>	629145	Und	4	R\$ 1.995,00	R\$ 7980,00	
11	<p>Aquecedor de Água a Gás de Passagem , com capacidade de vazão mínima de 27 litros por minuto.</p> <p>Descrição Complementar: Aquecedor a Gás de Passagem com capacidade de vazão mínima de 27 litros por minuto, tendo alimentação elétrica, Bivolt. Deve possuir um “Display Digital” para o acionamento do Aquecedor. Deve ter vazão igual ou superior a 27 L/min, podendo atender simultaneamente 3 chuveiros, tendo uma exaustão forçada, e uma pressão de funcionamento mínima de 4,00 mca, e uma Pressão de Funcionamento Máxima de 60,00 mca Deve ter garantia do Fabricante de, no mínimo 36 meses. Deve ter Selo PROCEL/INMETRO (Classe de Eficiência Energética), na Categoria A.</p>	629004	Und	6	R\$ 4.282,73	R\$ 25.696,38	
	<p>Prensa Grill Elétrica em Aço Inox</p> <p>Descrição Complementar: Prensa</p>						

12	<p>Grill elétrica de alta performance, com estrutura externa e braço de compressão em aço inox fundido /escovado. Equipamento projetado para grelhar carnes e prensar sanduíches com controle de pressão e temperatura. Características Construtivas: Material do Corpo: Aço inoxidável de alta durabilidade com acabamento fosco/escovado. Chapas de Aquecimento: Fabricadas em alumínio fundido com revestimento antiaderente de alta resistência (livre de PFOA), garantindo aquecimento rápido e fácil limpeza. Design de Placa: Placa superior plana e placa inferior nervurada (estriada), ou ambas nervuradas, conforme a necessidade de marcação no alimento. Sistema de Articulação: Braço de compressão robusto com sistema de dobradiça ajustável (móvel), que permite manter a placa superior paralela à inferior para prensar alimentos de diferentes espessuras sem esmagá-los. Tecnologia e Performance: Controle de Temperatura: Ajuste variável de temperatura com níveis específicos para sanduíches e carnes. Interface: Painel com indicadores luminosos (LED) de "aquecendo" e "pronto para uso". Potência: Mínima de 1500W (para 127V), garantindo rápida recuperação térmica após a inserção de alimentos frios. Inclinação Ajustável: Base com pés retráteis que permitam inclinar a chapa para escoar gordura (modo grill) ou mantê-la plana (modo sanduicheira/ovos). Segurança e Higiene: Coletor de Gordura: Bandeja coletora removível e integrada ao design do produto. Trava de Segurança: Trava lateral para armazenamento vertical (otimização de espaço) e para controle de altura da chapa superior. Alça Térmica: Alça de toque frio para operação segura sem necessidade de luvas térmicas. Requisitos Gerais: Voltagem: 127V Garantia: Mínimo de 12 meses (1 ano).</p>	317762	Und	8	R\$ 692,20	R\$ 5.537.60	
13	<p>Triturador de Papel</p> <p>Descrição Complementar: Triturador de Papel com corte em partículas, nível de segurança P-4 (Norma DIN 66399). Capacidade de fragmentação simultânea de, no mínimo, 15 folhas (75g/m²), 1 CD /DVD ou 1 cartão de crédito. Cesto tipo gaveta com capacidade igual ou superior a 30 litros. Tipo de corte em partículas de, no máximo, 3,8 x</p>	618795	Und	17	R\$ 2.080,18	R\$ 34.343,06	

	40mm. Motor por indução magnética, com acionamento automático por sensor de presença de papel. Nível de ruído operacional inferior a 60 dB. Deve possuir rodízios para locomoção. Cores: preta, cinza ou chumbo. Alimentação elétrica: disponível em 110V ou 220V, conforme solicitado no empenho Garantia: no mínimo 2 ano.						
14	Coifa de parede Descrição Complementar: Coifa de parede com largura de 90 cm, estrutura em aço inoxidável e design tipo pirâmide. Deve operar nos modos exaustor (com saída externa) e depurador (com filtragem interna). Capacidade de sucção/vazão mínima de 600 m³/h. Possuir sistema de filtragem composto por, no mínimo, 02 filtros de alumínio laváveis e filtro de carvão ativado. Pannel de controle frontal com 03 velocidades de sucção. Iluminação embutida em LED de alta eficiência. Nível de ruído operacional inferior a 70 dB. Acompanha duto expansível e duto de acabamento (chaminé) regulável em aço inox. Alimentação Elétrica: Disponível em 110V ou 220V, conforme solicitado no empenho. Garantia: No mínimo 1 ano.	327793	Und	4	R\$ 1.760,91	R\$ 7.040,00	
15	Bomba Pressurizadora de Água Descrição Complementar: Bomba pressurizadora de água para rede hidráulica, com potência nominal de 250W (aprox. 1/3 cv) e frequência de 60Hz. Deve apresentar pressão máxima de, no mínimo, 15 mca (metros de coluna d'água) e vazão máxima igual ou superior a 50 litros por minuto (3,0 m³/h). Equipamento com funcionamento de baixo nível de ruído, corpo em material resistente à oxidação (ferro fundido com tratamento ou aço inoxidável) e rotor em material termoplástico ou cerâmica. Sistema de acionamento automático por fluxo stato externo ou interno, com desligamento automático após o fechamento do ponto de consumo. Deve suportar temperatura de água de até 60°C. Conexões de entrada e saída de, no mínimo, 3/4" ou 1" de polegada, acompanhando acessórios de instalação (funil e filtros, se houver). Voltagem: 127V ou 220V (especificar conforme a rede do local). Garantia: No mínimo 1 ano.	619009	Und	5	R\$ 1.147,66	R\$ 5.738,30	
	CAIXA DE SOM BLUETOOTH NA COR PRETA						

16	Descrição complementar: POTÊNCIA MÍNIMA DE 240 (W RMS), POSSUINDO ALÇA E RODINHA PARA MELHOR TRANSPORTE; BATERIA: RECARREGÁVEL; TRANSDUTOR: 2 WOOFERS (APROXIMADAMENTE 6,5 POL.) E 2 TWEETERS (APROXIMADAMENTE 2,5 POL.); CONECTOR (CABO) DE ENERGIA; CONEXÃO MÍNIMA: BLUETOOTH 5.1, USB, AUXILIAR (RCA), 02 ENTRADAS PARA MICROFONE OU VIOLÃO OU GUITARRA; FONTE DE ALIMENTAÇÃO: BIVOLT; GARANTIA DE 12MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA;	601775	Und	11	R\$ 1.042,46	R\$ 11.467,06	
17	MULTIPROCESSADOR DE ALIMENTOS Descrição Complementar: com lâminas multifuncionais, modelo doméstico. Tigela grande: aprox. 2 litros de ingredientes líquidos ou 3 kg de massa. Lâminas multifuncionais fabricadas em aço inoxidável. Tigela extragrande, com capacidade aprox. para 2 litros de ingredientes líquidos ou 3kg de massa. Tampa da tigela com bocal largo para absorver frutas, legumes e verduras inteiras. Com 2 ajustes de velocidade e função pulsar. Segurança: detecção de tampa e tigela e freio mecânico de 1,5s. Cabo com armazenamento integrado. Base firme com pés antidescizantes (ventosa). Motor com potência de 700W. Voltagem: 220V. Fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem. Acessórios: batedor para mistura de massas leves e pesadas; faca de corte em aço inoxidável para carnes, legumes e verduras; Dois discos de metal para ralar e picar em pedaços finos e médios; liquidificador (jarra) com tampa, com capacidade para 1,5 litros. Disco emulsificador. Pilão e botão de velocidade fabricados em ABS. Disco emulsificador fabricado em PP. Pilão interno, tigela com tampa e liquidificador fabricados em SAN. Discos e lâminas de cortes fabricados em aço inoxidável. O equipamento e seus componentes devem ser isentos de rebarbas, arestas cortantes ou elementos perfurantes.	452433	Und	7	R\$ 436,89	R\$ 3.058,23	
	Purificador de Água Refrigerado por Compressor, de bancada, com						

18	<p>sistema de filtragem de alta performance.</p> <p>Descrição Complementar: Purificador de água com sistema de refrigeração por compressor (isento de CFC), capaz de fornecer água natural e gelada sob demanda. Deve possuir capacidade de refrigeração mínima de 1,2 litros por hora (ou superior) e reservatório de água gelada interno. O sistema de filtragem deve possuir eficiência na retenção de partículas (Classe C ou superior) e eficiência na redução de cloro livre, conforme normas do INMETRO. O equipamento deve permitir a troca do refil filtrante sem a necessidade de fechar o registro de água (sistema "girou, trocou"). Deve possuir visor ou indicador de status/vencimento do filtro para controle de manutenção preventiva. O gabinete deve ser fabricado em material de alta resistência com tratamento UV e bica articulada para enchimento de recipientes de diversos tamanhos. Deve possuir bandeja coletora de resíduos removível para facilitar a higienização. O equipamento deve ser compatível com a rede elétrica local (especificar 127V ou 220V). Deve ter garantia do fabricante de, no mínimo, 12 meses. Deve possuir Selo de Saúde e Segurança do INMETRO.</p>	463093	Und	4	R\$ 905,91	R\$ 3.623,64	 <p><small>Clique para ver a imagem completa</small></p>
19	<p>Cadeira Fixa Empilhável Preta Tubo 7/8</p> <p>Descrição Complementar: Estrutura toda produzida com tubo 7/8 com espessura de 1.20 mm, garantindo o maior resistência e durabilidade. Pintura eletrostática - (Pintura epóxi a pó) possui assento e encostos anatômicos fabricados em polipropileno , sua estrutura fixa possui pintura epóxi a pó. Permite o empilhamento de até 08 cadeiras. Estrutura Tubo 7/8- cor Preta Assento e Encosto Polipropileno - Altura: 81 cm Largura: 53 cm Profundidade: 53 cm Suporta até 120 kg uniformemente distribuído</p>	485383	Und	200	R\$ 152,50	R\$ 30.500,00	
	<p>Roçadeira à combustão</p> <p>Descrição Complementar: Deve ter potência mínima de 2,2 KW/CV, com peso inferior a 9 Kg. Deve possuir 45,6 cm³ e ser entregue com</p>						

20	uma ferramenta de corte com Lâmina de 3 facas, de Ø 300mm. Deve possuir um eixo de transmissão na haste rígido, e possuir uma capacidade do tanque de combustível, no mínimo, 0,75 l. A roçadeira deve ter um nível de pressão sonora entre 100 e 102 dB (A); e um nível de potência sonora entre 111 e 112 dB (A). Deve ter Selo PROCEL, do INMETRO, na Categoria A. Garantia: no mínimo 1 ano. (COTA RESERVADA PARA ME/EPP REFERENTE AO ITEM 08)	449872	Und	6	R\$ 4.774,74	R\$ 28.648,44	
----	--	--------	-----	---	--------------	---------------	--

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme os termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 dias contados do recebimento da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.
- 2.3. Nos termos do art. 14, inciso I, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, bem como sobre o Sistema ETP Digital, a elaboração dos ETP é facultativa para contratações realizadas com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.1. O objeto contratado deve causar baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

4.1.2. Por ocasião da entrega do objeto contratado deverá ser dada a preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;

4.1.3. Deverão ser empregadas inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

4.1.4. Deverá ser comprovada a origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens; e

4.1.5. Deverão ser utilizados produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação, como via de regra, não será exigida a indicação de característica ou modelo ou marcas, uma vez que o objeto da contratação é especificado neste documento e só será aceito, conforme a especificação descrita neste Termo de Referência.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não se estabelecerá vedação à contratação vinculada a marca específica; todavia, o produto proposto deverá, impreterivelmente, atender às exigências técnicas delineadas na tabela constante do item 1.1 do presente instrumento.

Da exigência de amostra

4.4. . Não se aplica.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Não se aplica.

Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.8. Não se aplica à presente contratação.

Margem de Preferência:

4.10. Não se aplica à presente contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) recebimento/retirada da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 dias de antecedência ao término do prazo de entrega estipulado para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços: Rua 31 de Março, S/N - Pinheirinho, Curitiba - PR, 81150-900.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. *O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)*

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **30 (trinta)** dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **03%** (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30** (trinta) dias*

7.2.4.2. *Moratória de **0,07%** (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2%** (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

7.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5%** (cinco por cento) a **10%** (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5%** (cinco por cento) a **10%** (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5%** (cinco por cento) a **10%** (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5%** (cinco por cento) a **10%** (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5%** (cinco por cento) a **10%** (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

- 8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

- 8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de Crédito

- 8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

- 8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5 % do valor total estimado da contratação.
- 9.25. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos no último exercício social, sob pena de inabilitação*
- 9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.29. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

- 9.30. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*
- 9.30.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 431.321,35 (quatrocentos e trinta e um mil, trezentos e vinte e um reais e trinta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.
- 10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou 10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Solicito a aprovação do presente Termo de Referência, o qual fundamenta e orienta a Aquisição, nos termos das disposições normativas aplicáveis.	<div>DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS</div> <div>1. Autorizo a Aquisição.</div>
--	--

Curitiba – PR, 15 de junho de 2026

VINÍCIUS GOMES SILVA– 3º Sgt

Membro da Equipe de Planejamento

2. A Seção de Aquisições, Licitações e Contratos adote as providências necessárias, em estrita observância às determinações preceituadas na Lei nº 14.133/2021

Curitiba – PR, _____ de maio de 2026.

BRUNO BORNACINA SCORMIN – Maj

OD da B Adm Ap/5ª RM

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.4. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VINICIUS GOMES SILVA

Equipe de apoio